

A originalidade historiográfica de *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* e a concepção braudeliana de história

The historiographical originality of *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* and the braudelian conception of history

Guilherme Ribeiro

Professor Adjunto
Universidade Federal Fluminense (UFF)
geofilos@ig.com.br
Rua José do Patrocínio, 71 - Centro
Campos dos Goytacazes - RJ
28015-385
Brasil

Resumo

Levando em consideração o surgimento de uma nova abordagem historiográfica levada adiante pelos primeiros *Annales* e por Fernand Braudel, o objetivo deste artigo é, a partir de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* e as críticas a ele endereçadas, analisar a originalidade historiográfica do mesmo, reunindo elementos que nos permitam sustentar a existência de uma *concepção braudeliana de História*.

125

Palavras-chave

Braudel; Longa duração; Concepção moderna de história.

Abstract

Considering the emergency of a new perspective on historical writing by the firsts *Annales* and Fernand Braudel, the aim of this article is, from *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* and the criticals addressed to it, analyzes its historiographical originality, gathering evidences to support the existence of a *braudelian concept of history*.

Keyword

Braudel; Long run; Modern concept of history.

Enviado em: 13/10/2009
Aprovado em: 17/12/2009

Inicialmente, Braudel tinha em mente a realização de uma tese doutoral exatamente nos moldes daquela que os *Annales* rejeitavam. Pensada como um estudo tradicional da política diplomática de Philippe II no século XVI, é Lucien Febvre que sugere uma inversão nos termos da questão (FEBVRE, 1950). A partir de então, surge uma tese defendida em 1947 na *Sorbonne* que tomava o Mediterrâneo do século XVI como tema de pesquisa, alterando não só as tradicionais escalas da região e do território nacional, bem como a própria escolha do objeto de estudos da ciência histórica; dedicava a seção de abertura ao papel do meio ambiente; deslocava Philippe II e as questões políticas para a parte final; via o processo histórico como um conjunto de ritmos distintos onde a narrativa de episódios curtos passa a ser explicada pelas estruturas da longa duração...

Enfim, o procedimento mais adequado para visualizarmos a discussão provocada pelo texto em tela não é, obviamente, partir dos debates que animam a historiografia e as Ciências Sociais no século XXI, mas sim localizá-lo em seu momento histórico específico, atentando para a situação historiográfica francesa na primeira metade do século XX. Só assim poderemos constatar, com toda a clareza possível, que *La Méditerranée* jamais poderia “passar em branco”, avaliado como um livro comum. Todavia, isso não significa que sua relevância pertença somente ao passado e que não haja mais nada a reter e aprender com suas lições, mas sim o reconhecimento de que foi redigido e pensado segundo um *conflituoso contexto de transição entre duas concepções de História que digladiavam pela produção da verdade*.¹

Do contrário, como assimilar a reprovação de um dos examinadores — Gaston Zellner, especialista no século XVI — que pediu licença para fazer suas ponderações como historiador de ofício, já que, em seu julgamento, Braudel havia sido por demais geógrafo? De que maneira elucidar que Braudel tenha sido preterido por este mesmo Zellner quando da candidatura à cadeira de história moderna na *Sorbonne* em 1947, após ter ministrado um curso — de extremo sucesso entre os alunos — sobre América Latina nesta mesma instituição? (DAIX 1999, p. 259-267 [1995]). De outro lado, como entender o motivo da participação de Roger Dion na banca, especialista em geografia histórica, sem saber do vínculo entre os historiadores dos *Annales* e os geógrafos, bem como, obviamente, o relevante papel ocupado pela Geografia em *La Méditerranée*? O que pensar da resenha escrita por Febvre na *Revue Historique* em 1950, sustentando a “mutação” e a “revolução” provocadas pela obra supracitada na forma de conceber a História? (FEBVRE 1950, p. 216).

Uma das interpretações mais inquietantes sobre *La Méditerranée* vem do historiador argentino Tulio Halpheri Donghi, ao mirá-la como uma obra de transição onde vários setores são meramente experimentais (DONGHI *apud*

¹ Mesmo que um ambiente de constestação pudesse jogar a seu favor, essa História rebelde e impetuosa não se estabelecerá facilmente: “A grande história que Braudel procurou reviver nasce, portanto, de um pensamento inquieto e disseminado que atravessa o universo literário e filosófico no período precedente à Segunda Guerra mundial e que se sedimenta muito lentamente, ao preço de numerosas resistências no universo das ciências econômicas e sociais” (GEMELLI 1995, p. 89).

ROMANO 1997, p.68 [1995]). Não sabemos se concordamos plenamente com ele, já que é possível caminhar ao lado de Aguirre Rojas e perfilhar a existência de uma profunda coerência epistemológica ao longo da obra braudeliana (AGUIRRE ROJAS 2003, 2003a). De qualquer forma, cremos que Donghi acerta em cheio quando percebe a transição em que se encontra *La Méditerranée*. Uma amostra deste fato seria a terceira parte do livro que, dedicada à História Política e ao tempo dos acontecimentos, não deixa de ser uma concessão à ordem do discurso ditada pela historiografia Metódica que, progressivamente fragilizada pelos ataques *annalistes*, ainda permanecia vigente. O próprio Braudel se manifesta a respeito da parte três como sendo “a da *história tradicional*, cortada não à medida dos homens, mas à medida do indivíduo (...)” (BRAUDEL 2002, p.18 [1966], grifo nosso).

Enfim, quais seriam os fundamentos deste texto tão célebre e tão contestado? Em sua tese de doutorado abordando a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico em Braudel, a historiadora brasileira Rosângela Vieira assinala “quatro elementos constitutivos”: peculiar tratamento das fontes, comparação, concepção de tempo e narrativa explicativa (VIEIRA 2002, p.9). A seguir o economista tailandês Cheng-chung Lai, são cinco “conceitos” principais: longa duração, conjuntura, história acontecimental, economia-mundo e história total (LAI 2004, p.1). Já Aguirre Rojas admite três “chaves mestras”: a longa duração, a história global e a crítica histórica, crítica esta que, do seu lado, incorpora quatro vertentes: deslocamento das análises habituais; restituição de passados relegados a um plano secundário; problematização do par presente-passado; e afastamento das evidências e lugares-comuns estabelecidos pela historiografia tradicional (AGUIRRE ROJAS, 2003a, p. 19-37).

Por razões tanto de proximidade com o que tem sido pensado pelos estudiosos de *La Méditerranée* quanto de coerência frente aos propósitos deste artigo, concentraremos-nos na crítica histórica, na longa duração e na história total.

Em defesa da História: a longa duração

Opção feita, pode-se afiançar que a escrita histórica braudeliana assentará suas bases em oposição à corrente historiográfica que o formara em seus tempos de estudantes na *Sorbonne*. Representada por Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Ernest Lavisse, a História hegemônica na França era a História Política, que dominava as instituições de ensino, apontava as direções de pesquisa e as publicações eram voltadas para os casos referentes aos reis, príncipes e ministros, os grandes indivíduos que compunham a elite nacional; era uma História das guerras, da chancelaria e das assembleias parlamentares, isto é, daquilo que consistia em eventos grandiosos. Havia uma História da nação a ser relatada pelos historiadores, verdadeiros funcionários estatais que tinham como função exaltar suas virtudes e os acontecimentos político-militares que seriam dignos de memória. Era uma História de caráter essencialmente oficial

que superestimava o papel dos dirigentes e das instituições políticas e, por conseguinte, colaborava diretamente na manutenção do *status quo*.

Também conhecida como Escola Metódica, em seus pressupostos vigorava o relato dito verídico e real sobre os fatos. Os documentos e as fontes escritas encarnavam a veracidade dos acontecimentos, com o trabalho do historiador se resumindo à coleta, classificação e organização dos mesmos que os levasse a uma reconstituição minuciosa do passado que fosse, por excelência, definitiva (DOSSE 1992 [1987]). Tais procedimentos conduziam a uma História narrativa, factual e circunstancial, vinculada a uma seqüência que, em proveito de uma abordagem cuja cronologia era linear e teleológica, negligenciava a análise complexa das interações sociais (LÉVÊQUE 1993). A escrita histórica era focalizada em sua forma narrativa e diplomática, juntamente com o conceito de tempo que a acompanhava: o tempo dos eventos, aquele que dá ênfase aos acontecimentos — a *histoire événementielle*. Esta é uma História de um tempo breve que sugere uma continuidade e uma seqüência dos fatos, justifica as ações do presente e projeta as sociedades para um futuro cujo progresso era praticamente irreversível.

Braudel denunciaria essa forma de praticar a ciência histórica não só até o momento em que os *Annales* tornaram-se hegemônicos na França, mas durante toda a vida. Basta conferir os “Escritos sobre o presente” publicados nos anos de 1982-83 pelo jornal italiano *Corriere della Sera*, onde defende o tempo longo, a busca das permanências e o domínio das profundidades. Consequentemente, tal postura resulta num conhecimento histórico deveras peculiar, permitindo-o sustentar que as revoluções são crises que, com um pouco de paciência, logo passam, assim como o fato de que o Homem não faz a história, mas a sofre (BRAUDEL 2005, p. 329-373 [1969]). Esse “salto” no tempo se justifica na medida em que mostra a continuidade e a crença em um projeto de História, ao mesmo tempo que direciona nossa atenção para a etapa da formação braudeliana em que tal projeto foi forjado. Nesse sentido, os cadernos de prisão emergem com proeminência sobretudo no que tange ao seu teor epistemológico.² Neles podemos encontrar o texto que foi tido por uma geração como o manual de prática histórica: *Introduction à la méthode des sciences historiques*, escrito por Langlois e Seignobos. E ler as admoestações de Braudel: mais um livro de crítica aos documentos que uma verdadeira obra de metodologia, vislumbrando-os como se fossem os únicos

² Um parêntese relevante: o brilhante esforço de Aguirre Rojas em radiografar a concepção braudeliana de história e, de forma ampla, a historiografia dos *Annales* — a quem, em virtude da seriedade, rigor documental e sagaz interpretação, todos os estudiosos da historiografia francesa do século XX devem manter uma dívida de gratidão. Assim, rejeitamos declarações como as do historiador espanhol Júlio Aróstegui que, ao comentar a nova edição francesa de *Apologie pour l’Histoire ou métier du historien*, afirma que, dos prefácios que acompanham a obra, redigidos por Le Goff e Aguirre Rojas, “o leitor poderia ter sido poupado”, embora não explique o porquê (ARÓSTEGUI, 2006, p. 207 [1995]). Interessante é constatar a interpretação positiva do historiador catalão Josep Fontana, que faz questão de frisar o “extenso estudo preliminar de Carlos Aguirre Rojas” (FONTANA, 2004, p. 272 [2001]) — o leva, entre outras coisas, a delinear aquelas que seriam as principais etapas do itinerário intelectual de Braudel. Num total de seis, estas etapas seriam as seguintes: 1. origem e aquisição dos primeiros elementos formativos (1902-1927); 2. amadurecimento e aprimoramento sobre *La Méditerranée*, enfatizando a História econômico-social e a geohistória (1927-1937); 3. prisão durante

materiais da História. Esta não seria mais que uma coleção de fatos e acontecimentos dispostos por tal personagem em tal dia e lugar. Quando ensaiavam tentativas de explicação destes fatos — sim, pois Braudel constata pesarosamente que *expliquer* não era palavra dominante em sua juventude na *Sorbonne* —, não iam além da história biográfica, política e institucional. Para Seignobos, o mundo não seria uma escala de análise, mas sim incoerência, sucessão de acasos, fantasias e absurdos numerosos e complexos a ponto de torná-lo algo inacessível (BRAUDEL 1997a, p.38-40 [1941-44]). Porém, nos cadernos de prisão podemos encontrar também aqueles que seriam os antecedentes responsáveis pela eclosão de uma nova História: Leo Frobenius, etnógrafo; Ferdinand Fried, economista; François Simiand, sociólogo.³ Uma História para além da superfície dos eventos. Sim, posto que “Raros são os historiadores que nos davam conselhos parecidos”. Mas eles também estão presentes: Roupnel, Bloch, Febvre, Michelet (idem, p.57).

Em um turbulento e rápido século XX que logo nas primeiras décadas já carregava consigo brutal mudança em uma das ciências-chave da Modernidade, com a Física Einsteiniana demolindo o aparentemente sólido edifício da Física Newtoniana; o peso da 1ª Guerra Mundial pondo fim aos Impérios europeus; organização social radicalmente diferente das conhecidas até então, capitaneada pela Revolução Russa; crise sem precedentes do capitalismo, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque levando à queda do liberalismo e ao aparecimento do keynesianismo; fracasso da República de Weimar; promoção do totalitarismo nazi-fascista; Guerra Civil espanhola etc., a manutenção de uma História isolada das outras ciências, descritiva, factual, cronológica e puramente documental era, para dizer o mínimo, de uma gritante incompatibilidade. Não é por mero acaso que a revista *Annales d'histoire économique et sociale* eclode em pleno 1929, nem tampouco que Braudel estivesse arquitetando e aperfeiçoando uma

a guerra, encontro com Febvre e publicação de *La Méditerranée* (1937-1949); 4. incursões teórico-metodológicas e atuação institucional (1949-1963); 5. dedicação à *Civilization Matérielle* (1963-1979); e 6. elaboração de *L'Identité de la France* (1979-1985). No entanto, este quadro, muito útil para situar a biografia intelectual do autor supracitado, ao localizar as questões de teoria e método no período entre 1949 e 1963, desloca a importância das três conferências de prisão proferidas em 1941 — *Trois définitions: l'événement, le hasard et le social; L'histoire à la recherche de monde; e Géohistoire: la société, l'espace et le temps* —, importância esta que é, ao nosso ver, maiormente, de natureza epistemológica. Afinal, sendo fiel ao desejo do autor, trata-se de “um longo discurso em favor de uma forma de história, a pesquisa de um método que eu, talvez, por preocupações de clareza e lógica, desenhei de forma muito nítida, a ângulos vivos. Nada mais difícil que definir um método. E o meu, o sei bem, está longe de ser perfeito” (BRAUDEL, 1997, p. 25-26 [1941-44]). Provavelmente, Aguirre Rojas assim procedeu em virtude dos textos coletados em *Écrits sur l'histoire*, redigidos (à exceção do prefácio à 1ª ed. de *La Méditerranée* e de *Il y a une géographie de l'individu biologique?*, de 1944) durante os anos 50 e 60 e tidos como a exposição por excelência do tipo de história exercida por Braudel. Talvez seja válido olharmos com mais cuidado para estes cadernos, principalmente em função do peso assumido pelo cativo no olhar historiográfico braudeliano. E, ao reter esta precaução, no mínimo, relativizar-se-ia a idéia de que as lições de método só vieram depois de *La Méditerranée* (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.57). Quanto às diferentes temporalidade e à longa duração, p.ex., o historiador mexicano afirma que esta chave metodológica encontrou, “no texto de 1958, uma primeira sistematização explícita e coerente” (idem, p.27). A atenção de Paris àqueles cadernos a conduz ao reconhecimento de que a reflexão braudeliana sobre a História não surge *a posteriori* visando generalizar as conclusões de *La Méditerranée*; ela acontece simultaneamente à sua redação. A concordar com Maurice Aymard, são *démarches* que se nutrem mutuamente (PARIS 1999, p. 314-315).

³ Na visão de Reis, o projeto da *nouvelle histoire* (expressão utilizada por ele) veio do “exterior da história”, sobretudo da Sociologia durkheimiana e da *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr (REIS, 2000, p. 56).

nova concepção da ciência histórica em meio à imersão forçada do cativo alemão anos depois. E aqui um detalhe importante: não que esta nova História fosse engendrada para dar conta *especificamente* daqueles acontecimentos. Ela estava sendo formatada a fim de que fossem vislumbrados *para além deles mesmos*, numa escala de análise que ultrapassasse seus limites obviamente dados de tempo e espaço. Uma História embalsamada em arquivos e na ingenuidade do calendário deveria ceder lugar a uma perspectiva operada segundo ritmos variados, múltiplos espaços e causas plurais. Uma História presa às armadilhas do Estado Nacional seria removida de acordo com as demandas da sociedade, a grandiosidade das civilizações e o implacável movimento da economia.⁴

Situação exposta, uma pista valiosa nos é dada pelo historiador José Carlos Reis: o que caracteriza uma corrente histórica frente às demais não é outra coisa senão sua representação do *tempo* (REIS 2000:9-35). Partindo deste princípio, talvez possamos, *grosso modo*, reconhecer a *título de ilustração* três possibilidades de representação do tempo que rodeavam os *Annales*:

1. as Filosofias da História, apontando o caráter apriorístico (Kant), teleológico (Comte) ou evolucionista (Hegel e Marx) do tempo;

2. a historiografia positivista, reproduzindo a concepção consagrada pela Modernidade (o tempo liso e homogêneo do paradigma cartesiano-newtoniano), investe na linearidade e sequência de acontecimentos dispostos numa “flecha do tempo” onde o destaque era dado à narrativa em torno de reis, príncipes e ministros; aos tratados diplomáticos, grandes guerras e biografias ilustres; à memorização de datas de nascimento e morte dos grandes indivíduos que fizeram a história da nação e do Estado. Assim, a “batalha de Lepanto” e a “vida de Luis XIV” são postas em relevo;

3. a concepção marxista de História, grifando o tempo das rupturas e das revoluções, os fatos históricos que marcam o rompimento radical com o poder constituído pelas estruturas precedentes. Como exemplo, a Revolução Francesa, que pôs fim ao Antigo Regime.

Neste momento, é mister destacar a tentativa de resguardar a especificidade do conhecimento histórico e a relevância da História como campo

⁴ A hipótese de Reis é a de que a recusa dos *Annales* à História Política mascara o conteúdo e a conjuntura políticos desfavoráveis à França e à Europa de forma geral. É assim que a longa duração é engendrada: como uma *evasão* a uma situação adversa que precisava ser transposta. Em suas palavras: “É nesse contexto, portanto — de derrotas militares, políticas e individuais dos chefes políticos —, que se elabora o tempo histórico desacelerado e que desconfia de militares, políticos e grandes indivíduos. A aceleração moderna da história significou a produção acelerada de eventos, radical e sem limites, e produziu o evento maior: o fim da Europa como centro da grande história. A hipótese que se propõe é a de que Braudel foi procurar as razões desta derrota lá onde a Europa se anunciava e se construía como grande potência: no mundo mediterrânico do século XVI. Parece querer demonstrar que o que estes eventos do século XX tornaram visível já se elaborara invisivelmente desde o século XVII, na verdade. Foi, portanto, no século XVII e não no XX que a Europa começou a deixar de ser o centro da história — quando o Mediterrâneo foi substituído pelo Atlântico, os turcos não atacaram mais e o leste tornou-se desconhecido. A derrota da Europa começou no século XVII, após 1650, e o século XVI foi sua última fase de glória” (REIS, 1994, p. 92-93). Posteriormente, Daix seguiria o mesmo raciocínio, mas sua conclusão é diametralmente oposta a do historiador brasileiro: não se trata de uma fuga dos *Annales*, mas sim de um questionamento histórico a partir do tempo presente (DAIX 1999, p. 642 [1995]).

saber perante alguns "rivais". E estes não se limitavam aos acima listados, mas também àqueles que, de certa maneira, desprezavam a História. A saber: a Sociologia Durkheimiana, que propunha a naturalização do tempo humano, e a Antropologia de Lévi-Strauss, que insistia na a-historicidade dos fenômenos sociais e na irrelevância do tempo histórico (REIS, 1994). Frente a este painel, os *Annales* engendrarão uma nova representação do tempo histórico, situada entre a Física e a Filosofia, a natureza e a consciência: a *longa duração* (REIS 2005, p. 179-206).

Bastava de períodos curtos, restritos à vida e morte de um indivíduo; de rompantes definitivos que punham fim a uma época; de interpretações metafísicas e abstratas. Para além de um tempo "acontecimental", revolucionário e especulativo, os *Annales* pregarão o tempo lento das estruturas de longa duração. Esta idéia revolucionará as formas de percepção da temporalidade histórico-social, ao afastar-se de uma História vista simplesmente como um acúmulo de acontecimentos situados dentro de uma única matriz temporal (AGUIRRE ROJAS 2001). Trata-se agora da *dialética da duração*: o trinômio presente-passado-futuro dá lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas (REIS 1994). Em conjunto, a conformação de uma História pretensiosa e irrestrita:

131

Uma *grande* história significa uma história que visa ao geral, capaz de extrapolar os detalhes, ultrapassar a erudição e apoderar-se do que tem vida, com seus riscos e perigos e em suas grandes linhas de verdade (...). *Grande* história, mas também história *profunda*. A seguir meus raciocínios, esta expressão se tornará rapidamente familiar. Por ela, entendo, juntamente com alguns outros historiadores de ontem e de hoje, uma história dos homens vistos em suas realidades coletivas, na evolução *lenta* das *estruturas* (conforme a palavra da moda hoje): estrutura dos Estados, economias, sociedades e civilizações... (BRAUDEL 1997a, p. 28 [1941-44]).

La Méditerranée: um debate historiográfico

É ao sabor destes ingredientes que *La Méditerranée* será construído e constituído como novo saber, tornando-se, em nossa opinião, símbolo maior de uma leitura *avant-garde* do processo histórico iniciada anteriormente por Bloch e Febvre e aperfeiçoada magistralmente por Braudel.⁵ Nela estão presentes aspectos como: interdisciplinaridade, ampliação dos temas históricos, problematização das fontes, comparação etc. Mas o que realmente sobressai advém de um esquema tripartite, onde cada parte possui uma temporalidade que lhe é peculiar. Como ele explica no prefácio à primeira edição francesa de 1949, *La part du milieu* subjaz uma "história quase imóvel, (...) quase situada

⁵ Esta interpretação é ratificada pelo próprio Febvre, sugerindo que *La Méditerranée* seja o marco que rompe com a história historizante na brecha aberta pelos *Annales* (FEBVRE, 1950, p. 224). Por sua vez, Shaw enxerga Braudel como o grande sintetizador e enriquecedor do pensamento dos *Annales* (SHAW, 1994, p. 70).

fora do tempo” construída segundo as relações homem-meio. Por sua vez, *Destins Colectifs et Mouvements d'Ensemble* remonta uma história “de ritmo lento: a história estrutural (...)” das sociedades, economias, Estados e civilizações. Por último, *Les événements, la politique, les hommes* diz respeito a história à moda tradicional, marcada pela rapidez dos eventos e pelas decisões individuais. “Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas”, mas também a “mais apaixonante, mais rica em humanidade e também a mais perigosa”, razões suficientes para que Braudel não fizesse questão de esconder toda sua desconfiança para com ela (BRAUDEL 2002, p. 17-18 [1966], grifo nosso).

A montagem e a exposição da obra foram resumidas de outra forma: “Temos chegado, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se assim queira, à distinção, *dentro do tempo da história*, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual. Ou, se se prefere esta outra fórmula, a decomposição do homem em um cortejo de personagens”. Mostrando consciência da inovação e polêmica a ela inerentes, Braudel já previa críticas quanto à dificuldade de articulação dos elementos talhados segundo a metodologia utilizada, pois logo a seguir escreve que

Talvez seja isso o que menos me perdoarão (...). *Se alguém me reprovar no sentido de que não soube reunir os elementos deste livro*, espero que encontre nele, pelo menos, as pedras convenientemente ordenadas segundo as regras de nossos canteiros (idem, pp. 18-19, grifo nosso).

132

Naturalmente que, desde 1949, muita tinta já foi gasta a propósito de *La Méditerranée*. Embora saibamos que tenha inspirado trabalhos de natureza semelhante — tais como os de Pierre e Huguette Chaunu (Pacífico e Atlântico), Frédéric Mauro (Atlântico), Vitorino Magalhães Godinho (Índico) e Pierre Jeannin (Báltico) (CARDOSO 1999, p. 8; ROMANO 1997, p. 82 [1995]) —, sua originalidade o coloca num patamar de ser, concomitantemente, um livro sem precedentes e sem seguidores. Ou, utilizando-se da perspicácia de Romano, pode-se sustentar que Braudel é o melhor dos braudelianos (ROMANO 1997, p. 79 [1995]). Dizemos isso porque, ao revisarmos a bibliografia ao seu redor, desenha-se um quadro onde as censuras são maiores que os elogios — o que é um sintoma de seu impacto, mas não deixa de ser algo curioso por tratar-se de obra consagrada pela historiografia.⁶

No outono da vida, em entrevista à *Magazine Littéraire* no ano de 1984, nosso investigado faria uma desabafo revelador: sentia-se intelectualmente só (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS 2003a, p.2). Provavelmente, são duas as razões dessa solidão: ou não viu prosseguimento em relação à escrita histórica por ele exercida ou o alcance e a dimensão da mesma foram mal compreendidos.

⁶ Aguirre Rojas também expressa certo desconforto ao constatar o paradoxo entre a popularidade de temas, conceitos e fragmentos da obra braudeliiana e a reclamação de incompreensão feita pelo próprio Braudel, bem como a vulgarização da mesma antes que seu pleno entendimento fosse atingido (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.2).

É lícito inferir que a segunda opção tenha pesado mais em seu desabafo, já que as contestações direcionadas a *La Méditerranée, Civilization Matérielle* e (em menor grau) *L'Identité de la France* são voltadas menos em relação às conclusões empíricas do que aos fundamentos teórico-metodológicos.

Decerto que nem sempre a coerência ocorre aos seus comentaristas. Alguns chegam ao ponto de dizer que “parece-nos pouco rigoroso afirmar, indiscriminadamente, que Braudel compõe uma geohistória” (ARAÚJO 2003, p. 265). Claro está que não se pretende exorcizar as críticas — procedimento este que seria tão contraproducente quanto as interpretações demasiadamente adesionistas —, mas sim pleitear que elas devem ser pensadas com o rigor que a concepção braudeliana de História possui e merece. Contemplemos as mais recorrentes.

No longínquo ano de 1951, dois anos após a publicação de *La Méditerranée*, tem-se a impressão de que o anglo-saxão Bernard Baylin não viu ali nada de interessante, mas somente uma síntese de muitos conhecimentos cujas partes estão mal articuladas; objeto não definido; problema não explicitado; conclusão inexistente... Enfim, longe de ser uma revolução no método histórico, “os estudantes do século XVI encontrarão no livro de Braudel não mais que um sumário em três partes de um extenso corpo de conhecimento” (BAYLIN 1995, p. 350-354 [1951]).

133

Um ano depois, o sociólogo francês Claude Lefort redige algumas linhas pouco amistosas, porém construtivas, a *La Méditerranée*. Embora mencione seu esforço em superar os limites disciplinares através da história total; a historicização dos elementos geográfico, econômico e cultural; a riqueza da demonstração da interação entre o homem e o meio e a originalidade da tentativa como um todo, aponta uma posição metodológica ambígua que caminha ora entre o empirismo e a síntese, ora entre o empirismo e o racionalismo; reclama que a insuficiente definição do conceito de estrutura ocasionou a ausência da unidade de sentido entre as partes analisadas, e que o receio braudeliano para com a causalidade conduziu-o a um pontilhismo “contrário à inspiração sociológica da obra” (LEFORT 1952, p. 122-125).

Através de Dosse, a admoestação ao empirismo reaparece nos anos 90. Para ele, a organização temporal tripartite é concebida à margem de qualquer teoria, situando-se “apenas no plano da observação empírica” (DOSSE 1999, p. 175). Para ele, no entanto, a trilha de *La Méditerranée* é aberta, de fato, no campo da política: tal livro apreende um deslocamento, um descentramento do homem e de seus empreendimentos frente à sua própria historicidade conferida pelas estruturas de longa duração. Nesta operação, a Geografia tem papel central. Nem por isso deixa de ser humanismo, mas é um “humanismo organicista”.⁷

⁷ Em seu polêmico *L'Histoire en Miettes: des Annales à Nouvelle Histoire*, Dosse atesta que “Fernand Braudel faz grande uso das metáforas organicistas. Estas revelam, ainda, a herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir dos conceitos da biologia. Esse organicismo está presente na obra e não somente no plano metafórico: ‘A fraqueza de Gênova é congênita’; ‘A Europa Ocidental, minúscula e sobressaltada’; ‘As Províncias Unidas e a Inglaterra são mais nervosas, mais facilmente unificadas’; ‘É uma das razões porque o coração da Espanha bate a um ritmo mais lento que os outros’” (DOSSE 1992, p. 138 [1987]). Tivemos a oportunidade de sugerir uma outra perspectiva de leitura sobre esse aspecto (RIBEIRO 2008).

Tem-se uma História impermeável às rupturas e que torna ilusória a noção de acontecimento. É, com efeito, uma História conservadora.

Qualquer realidade social é, portanto, colocada no mesmo plano da hierarquia, da desigualdade, e só as variantes dessa lei imutável podem mudar, redundando numa sociedade ora baseada na escravidão, ora na servidão, ora no salário, mas essas soluções remetem ao mesmo fenômeno de redução à obediência de massa (DOSSE 2003, p. 51 [1987]).

Neste particular, as impressões de Reis seguem de perto as de Dosse. Para o brasileiro, Braudel é um pesquisador eurocêntrico, conservador e adepto do capitalismo: sua perspectiva temporal e a concepção da grande história apenas confirmam os valores representativos deste sistema (REIS 1994, p. 96-99). Recentemente, Reis reforçaria seu juízo ao apontar Braudel como um "intelectual orgânico desse grupo vencedor e produtor da grande história". Todavia, sua oposição política a Braudel não o impede de defendê-lo contra os ataques anteriores de Lefort. Embora concorde parcialmente com ele, adverte que sua leitura de *La Méditerranée* concentrou-se demais nas partes e nos detalhes, e sugere, em contrapartida, que uma obra pontilhista deva ser vista de uma certa distância, atentando para seu conjunto (REIS 2003, p. 114). Nisto, o brasileiro é acompanhado por Romano que, em alusão a *La Méditerranée*, aponta como *injustas* determinadas críticas detalhistas e minuciosas a uma obra que coloca o problema da história total (ROMANO 1997, p. 70 [1995]).

134

De Shaw vem a constatação de um "escasso interesse epistemológico", o que parece entrar em contradição com a confissão de que "sua fértil imaginação historiográfica o permitia enriquecer o acervo herdado com novos traços conceituais, que iriam aparecendo ao largo tanto de seus escritos teóricos como de suas obras de investigação". Isso não o impede de dizer que Braudel não articula os nexos entre os planos e ritmos contemplados em seu texto, ao mesmo tempo em que condena as teorias que privilegiam a monocausalidade na explicação da vida social — o que é apenas uma forma de desviar-se do problema (SHAW 1994, p. 67-73).

Embora Aróstegui destaque o acerto braudelianiano no reconhecimento de que o tempo cronológico não é mais que um aspecto do tempo, e não o aspecto, ele se ressentia, como Shaw, da articulação entre os tempos diferenciais conformando um tempo total. E vai além, acrescentando que o autor de *Grammaire des Civilisations* (1963) deixou uma lacuna em sua teoria ao não explicar o sentido entre o tempo físico e a percepção humana⁸ (ARÓSTEGUI 2006, p. 287, 342 e 348 [1995]).

⁸ Ainda que o próprio Aróstegui reconheça que não se aprofundará no tempo longo e nas demais teses de Braudel, a fim de não distorcemos suas idéias é mister citá-lo: "Braudel analisa tipos de realidades segundo sua 'velocidade' de mudança. Braudel não chega a apresentar uma articulação acabada entre esses tipos de mudança que conformariam o tempo 'total'. O que falta em sua teoria é a consideração donexo lógico que se estabelece entre o tempo físico e sua percepção humana: o homem tem consciência do tempo a partir do movimento, mas especialmente a partir da percepção do movimento *recorrente*, do movimento *estacionário*, de forma que o tempo só é mensurável pela

Já Fontana posiciona-se no sentido de que a arquitetura do livro supracitado constitui-se num “puro artifício literário, e que a teorização dos três tempos não foi mais que uma tentativa de racionalizá-la *a posteriori*”.⁹ Embora “bem escrito” e “cheio de sugestões e achados parciais”, são mencionadas lacunas como o descritivismo e a falta de um fio condutor que amalgamasse suas três partes, o que indica um problema em passar a uma explicação integradora (FONTANA 1998, p. 209 [1982]). Neste ponto, Dosse lança mão de argumento semelhante — só que em direção a *Civilization Matérielle* —, registrando “alguma dificuldade em passar do descritivo ao analítico” (DOSSE 2003, p. 44 [1987]). Esta opinião é partilhada pelo anglo-saxão Christopher Lloyd, que reconhece o embaraço vivido por Braudel ao deparar-se com a teorização e a explicação das mudanças e transformações sofridas pelas estruturas. Ele também adere a Dosse no tocante à minimização dos agentes sociais na escrita histórica braudeliana, estendendo o mesmo para a influência das mentalidades (LLOYD 1995, p. 142 [1993]).

Ainda que o foco de seu livro seja a dimensão institucional do legado de Braudel, a filósofa italiana Giuliana Gemelli também discute sua contribuição epistemológica, sustentando que na origem do percurso daquele não há uma teoria ou concepção de história, mas apenas orientações que o auxiliaram a promover a exploração do terreno histórico. Sua bagagem é de ordem cognitiva, e não teórica. Lançando mão de uma frase de efeito de Valéry acerca da Ciência Moderna antes da Segunda Guerra Mundial, para quem depois do século XIX “a

135

relação com movimentos recorrentes” (ARÓSTEGUI 2006, p. 287 [1995]). E, embora critique Braudel e procure claramente marcar suas diferenças frente a ele no intuito de superá-lo, sua tentativa racionalista de conceitualizar o objeto histórico é atingida em cheio pelo raciocínio daquele: “Assim, pois, com efeito, percebemos que uma sociedade muda através dos acontecimentos, mas os acontecimentos não descrevem suficientemente a mudança nem dão conta completa das transformações operadas na sociedade, quer dizer, na rede de relações sociais existente previamente. É o novo sistema de relações criado por uma mudança o que verdadeiramente expressa o processo histórico operado. O verdadeiro objetivo do historiador tem de ser, pois, os estados sociais, mas para dar conta deles tem de descrever e explicar a passagem de uns para outros, ou para dizer de maneira mais rigorosa, tem de explicar estado e mudança, um por outro, a transformação ou, ao contrário, a duração de tais estados sociais. Com isso, a pergunta acerca de como se conceitualiza o histórico já tem também uma resposta precisa, ainda que seja em uma primeira aproximação: o histórico é o movimento dos estados sociais” (idem, p.318). Salta aos olhos a semelhança com a explanação contida no prólogo à segunda edição francesa de *La Méditerranée*: “Entretanto, o problema básico continua sendo o mesmo. É o problema enfrentado por toda empresa histórica: É possível apreender, de uma forma ou de outra, ao mesmo tempo, uma história que se transforma rapidamente — mudanças tão contínuas quanto dramáticas — e uma história subjacente, essencialmente silenciosa, sem dúvida discreta, quase ignorada por aqueles que a presenciam e a vivem e que suporta quase imutável a erosão do tempo?” (BRAUDEL 2002, p. 23 [1966]). Diante disso, basta dizer que o que se quer apresentar como novidade já é, há muito tempo, história...

⁹ Em função de sua interpretação e adesão ao marxismo — não dizemos *em função do marxismo* porque acreditamos que Marx levaria Braudel mais a sério —, Fontana condenará *Civilization Matérielle* pelo fato de que, em seus três tomos, “não há sequer uma página dedicada ao salário”. Segundo ele, tal livro não merece nem ser considerado uma “obra de investigação, mas sim algo como uma *soma de leituras* sobre a qual se constrói um *edifício de elucubração teórica*”. Além disso, ao mencionar uma suposta “racionalização *a posteriori*”, reforçando sua fala anterior de que apenas alguns escritos teóricos *posteriores* a *La Méditerranée* tentariam explicar sua estrutura (FONTANA 1998, p. 208-210 [1982], grifo nosso), acaba por cair na negligência de Aguirre Rojas quanto ao alcance teórico das conferências de prisão. Por conta de uma leitura mecanicista e esquemática de Marx, que lembra em muito os manuais dogmáticos da extinta União Soviética, alguns chegam a afirmar com todas as letras “não haver objetivamente em Braudel uma concepção de história, isto é, uma concepção que seja teórica e metodológica ao mesmo tempo. O que há em Braudel é um critério de como proceder para ordenar o material histórico, mas isso é muito diferente de uma ‘concepção de história’”. Não obstante, ainda é tido como um “empirista estruturalista”... (AUED & CAMPANA 2006). Uma excelente e rigorosa aproximação encontra-se em Aguirre Rojas (AGUIRRE ROJAS 2000).

exploração prima frente à explicação”, Gemelli prossegue afirmando que as novas orientações de pesquisa são fruto de experimentações despreocupadas com as tradicionais armaduras conceituais. Face à resistência dos *Annales* a uma sistematização teórica dos procedimentos de investigação historiográfica, observa uma ambiguidade metodológica entre a vocação universalista e o aporte comparativo, traço herdado por Braudel. E, de maneira instigante, complementa dizendo que qualquer pesquisa que procurar situar, com precisão, o momento exato da revolução epistemológica braudeliana seguindo os tradicionais “antes” e o “depois” das sequências evolutivas de uma teoria, malogrará (GEMELLI 1995, p. 47-48 e 123).

Para Eliana Dutra, a percepção da temporalidade em *La Méditerranée* é algo “exógeno, exterior aos homens”, passando ao largo da noção de que o tempo é algo socialmente instituído. Sendo assim, sua impressão é a de que “é clara a preferência de Braudel por um relato natural, e não cultural, da experiência vivida”. Entretanto, na contramão de uma das críticas mais recorrentes a Braudel, Dutra crê que a ausência de unidade entre as durações não é uma fraqueza, mas uma virtude. Dupla virtude: de um lado, “vingança da história” em nome do triunfo da heterogeneidade; de outro, vitória do autor contra uma “ontologia cientificista” (DUTRA 2003, p. 66-69).

Enfim, as repreensões envolvendo *La Méditerranée* são muitas, mas cremos ser possível (e útil) resumi-las de acordo com a lista abaixo (a sequência apresentada é meramente aleatória):

- empirismo/postura empirista;
- deficiente conexão entre as partes;
- frágil articulação entre os ritmos temporais;
- delimitação imprecisa do objeto;
- ausência de sujeitos históricos.
- restrição à liberdade humana;
- determinismo geográfico;

Do outro lado, os elogios situam-se nos seguintes tópicos:

- identificação de ritmos históricos plurais;
- ineditismo e abundância documental;
- associação espaço-tempo;
- pluricausalidade do processo histórico;
- variedade de temas abordados;
- interdisciplinaridade.

A concepção braudeliana de História

Definitivamente, não conseguimos ver Fernand Braudel como um praticante de uma ciência social empirista. Para quem trabalhou de perto com Eric Hobsbawm

(RIBEIRO 2004) e formou-se no âmbito da tradição geográfica, não é difícil perceber o avanço epistemológico promovido por aquele no seio das Ciências Humanas. Claro está que Braudel nunca mostrou-se disposto a aproximar-se da Filosofia, e sabemos bem de sua desconfiança para com as Filosofias da História. Mas não podemos olvidar que a primeira metade do século XX é a época em que as Ciências Sociais ocupam o lugar, antes consagrado à Filosofia, de matriz explicativa do desenvolvimento social em sua totalidade. Com seus procedimentos concretos, objetivos e práticos (trabalhos de campo, levantamento de dados, aplicação de questionários, mapeamento, técnicas arqueológicas e paleográficas etc.) de notória utilidade junto aos Estados Nacionais, empresas e institutos de opinião, Geografia, Sociologia, Economia, Antropologia e História acabam por assumir o panteão do conhecimento — em detrimento da meditação ontológica, metafísica e especulativa. A segunda metade do século XX só veio consolidar este movimento, exposto para quem quisesse ver pela profunda crise das metanarrativas modernas e do paradigma cartesiano-newtoniano alavancada pelos pós-estruturalistas franceses durante as décadas de 60 e 70.

137

É nessa conjuntura que devemos situar o estatuto assumido pela teoria, *estatuto decisivamente modificado quando incorporado aos esquemas discursivos específicos à epistême das Ciências Sociais*. Trata-se, portanto, de um novo código de enunciação e representação de mundo onde *a teoria não detém a centralidade nem o caráter fundante que outrora eram encontrados quando da supremacia da Filosofia na construção do conhecimento*. Evidentemente, tal opção acarretou uma gama de problemas às Ciências Sociais, com destaque para os constantes questionamentos relativos à sua condição de *ciência* — questionamentos que, atualmente, parecem não ter mais a relevância de antes.

Do ponto de vista aqui adotado, é neste cenário que se inscreve a dimensão teórica na obra braudeliana.¹⁰ Se a longa duração é, indubitavelmente, uma possibilidade de releitura do tempo cronológico; se a geohistória é a articulação do espaço com o tempo (RIBEIRO, 2006); se existe a apreensão do passado não como algo pronto e acabado, mas como um objeto a ser problematizado; articulação passado-presente; preocupação em comparar épocas e escalas diferentes; busca de explicações pluricausais dos fenômenos... Acaso estes elementos não servem como fundamento teórico-metodológico? Não transpõem os limites do empírico? Não representam uma nova atitude diante da história das sociedades quando confrontados à historiografia positivista?¹¹ Pode-se argumentar, legitimamente,

¹⁰ Em texto escrito como resenha do livro *La Géographie Humaine*, de Le Lannou, há uma passagem em que ele mesmo parece ter noção disso. Reclamando exatamente da fragilidade conceitual e das definições simples encontradas naquele, professará que “Geógrafos ou historiadores, uma vez que filosofamos sobre nosso ofício, *nosso estilo concreto e muito claro nos trai*. Regra inelutável: este livro rápido oculta seu pensamento ou, o que quer dizer o mesmo, clarifica-o com muita habilidade. Daí a necessidade de um esforço para bem discerni-lo” (BRAUDEL 1951, p. 487, grifo nosso). Curioso é perceber que — como vimos há pouco — Braudel também foi alvo de críticas dessa natureza!

¹¹ O historiador francês Pierre Vilar parece dizer a mesma coisa, mas com outras palavras. Segundo ele, Braudel tornou sua, em todos os níveis, a sociedade do século XVI, mantendo-a viva por intermédio

que Braudel não os esclareceu suficientemente, deixando em aberto o mecanismo de funcionamento da associação entre os tempos que ele reconheceu na dialética da duração, bem como as relações entre os variados fenômenos da vida social e suas temporalidades (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.26-27). Igualmente, pode-se argumentar que sua teoria encontra-se no limite do empírico ou ressaltar, com latente ironia e desdém, a beleza de sua narrativa literária. Mas acusá-lo de empirismo indica uma compreensão distorcida da totalidade de uma obra que admite notável coerência no interior de sua formulação, encontrada desde as conferências de prisão na década de 40 ao derradeiro *L'Identité de la France* nos anos 80.

Esclareçamos a defesa acima: *La Méditerranée* é, ao nosso gosto, demasiadamente descritivo, embora não deixe de ser analítico. O motivo seria o predomínio que a *démarche annaliste* confere à ciência histórica, focalizando o *como* em detrimento do *porquê*, conforme propõe Dosse? (DOSSE 1992, p. 96 [1987]). Difícil precisar. De qualquer forma, a não ser que se queira adotar um viés mecanicista e dicotômico, uma abordagem descritiva não significa desdém com a teoria, nem tampouco adesão ao empirismo. Nesse sentido, Aguirre Rojas abre uma trilha interessante ao tentar explicar a concepção *annaliste* de História em termos civilizacionais, sugerindo que o floreio literário, a leveza e a abertura de idéias sejam elementos típicos da civilização mediterrânea católica, em contraste com a ortodoxia, a ênfase filosófica, a preocupação teórico-metodológica e os rigores da civilização anglo-saxã protestante (AGUIRRE ROJAS 2004, p. 23).¹²

Este é um dado a ser levado em consideração, já que não existe produção científica que possa ser analisada fora do enraizamento cultural que a animou. Mas a questão fulcral aqui é a de que, por mais que a narrativa braudeliana seja descritiva, a ponto de, no limite, ser tomada como empirista, existe por trás dela um embasamento epistemológico que a sustenta: as estruturas de longa duração. A história humana é, para Braudel, uma história total, que ocorre nas escalas local, regional, nacional e mundial e admite temas como economia, sociedade, política e ambiente, mas também mobiliário, vestimenta, agricultura,

¹² "de uma pesquisa concreta, mas não empírica, na medida em que sistematizada por sua luta pela problemática contra o positivismo historizante, pelo fato maciço contra o fato exato, pelo escrúpulo verdadeiro contra a falsa erudição" (VILAR 1976, p. 162-163 [1973]).

¹² Uma das riquezas investigativas deste pesquisador consiste exatamente em aplicar os procedimentos metodológicos dos *Annales* e de Braudel sobre eles mesmos, tais como comparação, interdisciplinaridade, dialética da duração, história total, história-problema etc (cf. AGUIRRE ROJAS 2003, 2003a, 2004). Isso o leva a leituras como a que se segue: "De um lado, tem-se a sensibilidade cultural de origem germânica, carolíngia, protestante, pouco barroca e norte-européia, flagrantemente teórica, reflexiva e filosófica, cuja característica é aproximar-se intelectualmente dos temas e problemas que aborda. Seu discurso, calcado numa argumentação austera e econômica no uso da linguagem, se define como um discurso elaborado de maneira individual e auto-reflexiva, apoiado numa estrutura cultural predominantemente escrita e difundida de maneira autônoma e impessoal, mais analítica, densa e pouco literária. De outro, encontra-se a sensibilidade de matriz romana ou helênica, merovíngia, contra-reformista, barroca e mediterrânea, caracterizada por uma aproximação mais empirista e intelectual dos objetos que estuda. Sua reflexão é mais reiterada e florida, voltando várias vezes a um mesmo ponto e construindo o discurso de modo mais comunitário e coletivo, a partir de uma tradição oral de comunicação direta. Esse discurso resulta muito mais livre, inventivo e mais vinculado ao exemplo e ao caso concreto; é mais literário e mais recheado de representações plásticas e de imagens que encarnam a idéia ou tese que se procura demonstrar" (AGUIRRE ROJAS 2004, p. 23).

técnica etc. Tais temas não podem ser vistos separadamente, e constituem, em conjunto, uma história global, mas nunca uma história feita exclusivamente por um grupo a partir de um *topos* privilegiado. A atividade dos homens se mistura em ritmos temporais diversos onde a inscrição espacial é fundamental para o desenrolar da ação humana, e nunca em uma sequência de acontecimentos dispostos segundo uma linha evolucionista e cronológica que aponta inevitavelmente para um futuro pré-concebido, onde o espaço é apenas um receptáculo imutável e passivo.

Não; o teatro da história não é liso e impermeável aos obstáculos. Ele é rugoso e denso de armadilhas. Os homens não constroem sua história facilmente. Precisam levantar casas e diques para transpor as recorrentes imposições climáticas; domesticar plantas e animais; lidar com a indisposição inicial colocada pelo espaço para a circulação de pessoas, mercadorias e informações; ser criativos para, com o incremento demográfico, sustentar a população diante de epidemias e falta de alimentos; afastar os preconceitos com a alteridade para permitir o intercâmbio cultural; refrear o impulso expansionista se quiser respeitar o espaço alheio. E ainda assim as dificuldades permanecem, porque a história não é somente mudanças atrás de mudança, destruição atrás de destruição, superação integral das características de uma época que parece já ter passado.¹³ Ela é inovação que, ao surgir, herda traços do período anterior. Não é algo inexpugnável, embora possua feições efêmeras e rápidas, como os *trailers* do cinema que nos contam apenas fragmentos do filme.¹⁴

139

Braudel leva o passado às últimas consequências, e sua definição de História privilegia, com efeito, aquilo que permanece. São, entre outros, hábitos, valores, paisagens e civilizações que *resistem* às agruras dos eventos e das conjunturas. A qualificação de *histórico* é conferida preferencialmente àqueles aspectos que, dentre as possibilidades de escolha levadas adiante pelas sociedades no decorrer do tempo, perduraram. A História em si é algo composto por elementos difíceis de ceder. Lentos, morosos e sólidos, podem até mesmo passar despercebidos frente à gradual fugacidade da vida moderna. Mas é função do historiador resgatar e fazer valer aquilo que todos querem esquecer. Então, à aceleração dos acontecimentos no século XX confronta-se uma estrutura profunda e longínqua cujo papel é precisamente explicá-la e dotá-la de seu pleno sentido histórico. Não se trata de negligenciar as mudanças, imobilizando o processo histórico num

¹³ É o próprio Braudel quem admite este traço estrutural e persistente do espaço geográfico, atuando de forma categórica na velocidade do tempo histórico: "Esperávamos encontrar neste material [arquivos históricos] a medida conjuntural do espaço físico peculiar ao século XVI, mas podemos adivinhar, antes mesmo de terminarmos nossa análise, que tal espaço se mantém constante; nos encontramos, uma vez mais, em presença de um traço estrutural persistente. O homem pode atacar o espaço como melhor lhe pareça, fazer saltar em pedaços os remos das galeras reforçadas, arrebentar os cavalos das carruagens ou imaginar, quanto o vento é favorável, que voa sobre o mar — mas o tempo lhe resiste opondo sua inércia e vingando-se diariamente de seus êxitos ocasionais" (BRAUDEL 2002, p. 491 [1966]).

¹⁴ "Mensurem os eventos que quiserem, e ficarão impressionados com sua brevidade! Todos eles dão exatamente a impressão de *trailers*, destes cortes de filmes novos projetados nas salas de cinema para anunciar o programa da semana seguinte. Por mais surpreendentes que sejam, estes *trailers* jamais nos contam um filme inteiro, *toda* uma história. Eles a anunciam e a sugerem, mas cabe a nós imaginá-los" (BRAUDEL 1997a, p.32 [1941-44]).

conformismo absoluto, mas sim admitir que estas só podem ser entendidas com as permanências. A natureza da mudança histórica não estava contida no evento, no acontecimento rápido e provocador de rupturas — tal como a Revolução Francesa, que Braudel minimizava porque revolução inscreve-se, por excelência, no tempo curto, mas sim nas transformações quase imóveis e imperceptíveis ocorridas nas estruturas de longa duração.

Portanto, o que é a História? Não é nem a ciência do passado nem a que transcreve documentos, mas sim a que explica as temporalidades dos fenômenos e suas relações uns com os outros. E o que é o presente? É uma realidade tão inescapável quanto o passado e, embora seja fugaz, sua particularidade reside no fato de ser a reunião do passado e a janela do devir. E o que é o processo histórico? Ele não significa continuidade e sequência, mas sim descontinuidades; não significa rupturas e revoluções, mas permanências. Nesse sentido, pode-se dizer que a história é um peso que as sociedades mesmas forjaram, mas do qual elas não escapam assim tão facilmente. A história é onipresente, mas apenas na medida em que os traços permanecem na paisagem, os homens repetem seus ritos e tradições, a natureza é um obstáculo constante. É claro que, após a ampliação documental promovida pelos *Annales*, tudo tornou-se objeto legítimo da História — e Braudel segue à risca essa “regra”. No entanto, sua predileção diz respeito àquilo que é durável, constante, repetitivo. O que os homens continuam a fazer no século XX e que não pode ser considerado novidade, posto que já o faziam no século XV?

Assim, Braudel arquiteta não um plano histórico ideal tal como as Filosofias de História se esforçaram em elaborar, mas uma concepção coerente da História como ciência. Não é uma teoria complexa sobre a natureza do tempo histórico nem, tampouco, uma explicação detalhada de como as diversas temporalidades se relacionam precisamente entre si. Na esteira da suspeita das Ciências Humanas para com a Filosofia e substituindo a construção de teorias por noções mais simples que possam servir como recurso metodológico ou, no máximo, como modelo, reconhecer e insistir que a história admite ritmos e descontinuidades — e que, portanto, pode ser apreendida fora da tradicional sequência cronológica — é uma perspectiva assaz fértil quando se trata de compreender a dinâmica da vida social, as diferenças de enfoque entre as ciências e os empecilhos relativos aos projetos interdisciplinares.

Nessa *démarche*, porém, a proposta não se limita apenas a reconhecer a pluralidade do tempo e suas velocidades. Num plano mais amplo, ousaríamos dizer que *o que está sendo questionado é a própria concepção moderna de processo histórico*. Tal como ele fora elaborado por Comte, Hegel e Marx (e, naturalmente, a despeito das diferenças entre eles), o passado era algo a ser superado; grosso modo, “deixado para trás”. Comte pode mesmo ser considerado um anti-historicista. O “estado positivo” seria a consagração da ciência, da indústria e do Estado, com os estados “teológico” e “metafísico” não passando de períodos ingênuos e imaturos do conhecimento humano que deveriam ser esquecidos (COMTE 1983 [1844]). Para Hegel, Napoleão encarnava

o “Espírito do Mundo” que varreria a Europa do domínio nefasto da Igreja e do que sobrara da Idade Média, implantando o Estado e o Capital como permanentes e universais. A História acabava ali (MÉSZAROS 2002). A seu turno, na medida em que os homens eram escravos de seu próprio trabalho, Marx via o mundo mergulhado em sua *pré-História*. A emancipação *histórica* deste estado de coisas só viria com o Socialismo, arruinando de uma vez por todas o modo de produção capitalista (MARX & ENGELS s/d a [1846], s/d [1848]).

Para Braudel, o processo histórico deve ser concebido fundamentalmente de maneira *cumulativa*. Falar em durações diferentes significa incorporar a multiplicidade de camadas, níveis e aspectos históricos. Não há rompantes e, tampouco, fator exclusivo que domine a explicação histórica. A escala privilegiada onde se desenrola a vida humana é o mundo, e seus diversos atores (camponeses, comerciantes, banqueiros, cientistas, escritores, reis...) contribuem, cada qual à sua maneira, para a constituição de uma rede social onde *interdependência* é palavra-chave. Não, a sociedade não é igualitária: através da longa duração, a história se apresenta no tempo e no espaço de forma desigual, mas nem por isso possui heróis ou vilões. Não há um projeto civilizatório ou missão redentora a despontar no horizonte histórico. A ênfase braudeliiana recai nas dimensões econômica e social, mas também estão presentes conflitos territoriais, disputas religiosos, lutas contra ambientes inóspitos, ascensão e queda de grandes cidades, divergências de idéias, soluções e problemas agrícolas, aspectos populacionais etc. De fato, a *longue durée* o desacelera, mas não há interrupção do processo histórico: trata-se de algo aberto e em constante, porém lenta, construção. Ela pode, mesmo, soar como uma evasão, mas isso é tão somente um recuo para captar com mais lucidez de sentido o peso da história sobre o presente. Afinal, a história não se reverte assim tão facilmente.

141

Referências Bibliográficas

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Bloch a Foucault (1921-2001)**. Maringá: Eduem (2000).
- . **Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez (2001).
- . **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez (2003).
- . **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. Londrina: Eduem (2003a).
- . **Uma História dos Annales (1921-2001)**. Maringá: Eduem (2004).
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza**. Rio de Janeiro: DP&A (2003).

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru: EDUSC (2006 [1995]).
- AUED, Idaletto Malvezzi, CAMPANA, Samya. Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana. **Cadernos de História** (UFU), Universidade Federal de Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-22 (2006).
- BAYLIN, Bernard. Braudel's Geohistory – a Reconsideration. In: HUNT, Lynn, REVEL, Jacques, (ed.). **Histories: French Constructions of the Past**. New York: W.W. Norton & Company (1995 [1951]).
- BRAUDEL, Fernand. Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). **Les ambitions de l'histoire**. Paris: Éditions de Fallois (1997 [1941-44]).
- . Trois définitions: l'événement, le hasard, le social. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). **Les ambitions de l'histoire**. Paris: Éditions de Fallois (1997a [1941-44]).
- . La géographie face aux sciences humaines. **Annales ESC**, VI année, n° 4 (1951).
- . **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II. Tomo Primeiro**. México: Fondo de Cultura Económica (2002 [1966]).
- . **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva (2005 [1969]).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus (1999).
- COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. In: COMTE, Augusto. **Seleção de Textos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural (1983 [1844]).
- DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record (1999 [1995]).
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico: Fernand Braudel e as voltas da História. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos "Annales" à Nova História**. Campinas: Editora da Unicamp/Ensaio (1992 [1987]).
- . L'histoire sociale "à la française" à son apogée: Labrousse/Braudel. In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. **Les courantes historiques en France – XIX-XX Siècles**. Paris: Armand Colin (1999).
- . O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003 [1987]).
- FEBVRE, Lucien. Un livre qui grandit: La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. **Revue Historique**. Tome CCIII, 74º année (1950).
- FONTANA, Josef. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc (1998 [1982])

- . **História dos Homens**. Bauru: Edusc (2004 [2001]).
- GEMELLI, Giuliana. **Fernand Braudel**. Paris: Odile Jacob (1995).
- LAI, Cheng-chung. **Braudel's historiography reconsidered**. Maryland: University Press of America (2004).
- LEFORT, Claude. Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel. **Cahiers internationaux de Sociologie**, Vol. XII (1952).
- LÉVÊQUE, Pierre. História Política. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago (1993).
- LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1995 [1993]).
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. **Textos – Volume 3**. São Paulo: Edições Sociais (s/d [1848]).
- . **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes (s/d a [1846]).
- MÉSZÁROS, István. A quebra do encanto do "capital permanente universal". In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Campinas: Boitempo (2002).
- PARIS, Erato. **La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel**. Athènes: Institute de Recherches Néohelléniques/FNRS (1999).
- REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática (1994).
- . **Escola dos Annales — a Inovação em História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).
- . A temporalidade e os seus críticos. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).
- . **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2005).
- RIBEIRO, Guilherme. **As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm: a epistemologia da Geografia vista sob o olhar do outro**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (2004).
- . Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. *Geographia*, n.15, ano VIII, jun. (2006).
- . **Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel**. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (2008).
- ROMANO, Ruggiero. **Braudel y nosotros. Reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica (1997 [1995]).

SHAW, Carlos Martínez. Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales. **Revista de Occidente**, Madrid, Comercial Atheneu, nº 152, enero (1994).

VIEIRA, Rosângela de Lima. **Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2002).